# Notas sobre Ódio e Política em Tempos de Crise: configurações nacionais

Eduardo Henrique Araújo de Gusmão<sup>a1</sup>

Nesse artigo, consideramos o ódio um fenômeno importante para a compreensão do atual quadro político nacional. Ajustamos o foco de análise sobre episódios envolvendo o atual clima de polarização política e seus reflexos em esferas distintas de convívio, bem como sobre a trajetória do Presidente da República, então deputado, Jair Messias Bolsonaro. Em nível teórico, problematizamos o referido afeto em confronto com autores que nos possibilitam compreender a sua circulação social e os seus vínculos com o processo de formação da sociedade brasileira.

Ódio, Política, Sentimento, Sociedade, Antropologia das emoções.

Certo clima de indignação, desconfiança e desesperança está presente na experiência pública de diversas sociedades ocidentais na atualidade. A percepção de que decisões políticas, tomadas em esferas de representação democrática não passam de acordos que obedecem à interesses privados e elitistas, pauta muitas das demandas levadas às ruas das cidades brasileiras nos últimos anos.

Na verdade, estamos falando de um clima alimentado, em certa medida por alguns dos riscos ou inseguranças que surgem do funcionamento dos sistemas de governo democráticos. Por exemplo, imaginamos lideranças da elite econômica que, por acreditarem que

a Professor da Unidade Acadêmica de Psicologia, Universidade Federal de Campina Grande. Email: dudahenrique@yahoo.com.br.

possuem as melhores avaliações a respeito dos meios de realização das metas e objetivos públicos, advogam o fim da necessidade do consentimento popular nos processos decisórios. Consideram-se, então os defensores dos valores liberais, muito embora tenham sérias dúvidas acerca da democracia. Estão certos de que promovem o interesse público, contudo o compreendem pelo prisma das suas próprias agendas e situações de classe. Seus esforços de afastamento do povo inevitavelmente cultivam ódio e ressentimento.

O resultado concerne outro risco gerado pelas próprias democracias: a ascensão de movimentos e governos populistas. Aqui nos referimos a um fenômeno complexo, que estabelece ideais específicos e reflete práticas políticas próprias, materializadas na figura de líderes que se consideram paladinos da democracia, opositores apaixonados do que avaliam como preconceitos de classe elitistas. Trabalham com uma perigosa ideia de povo, que o concebe em termos homogêneos e unitários, em detrimento dos traços de pluralismo que marcam a experiência pública nas sociedades modernas. Em razão da fragilidade das teses que dão sustentação às suas plataformas, e, portanto, inescapáveis dissensos, tais lideranças recorrem ao expediente de definição dos inimigos: os que semeiam a discórdia o fazem pelos seus interesses, egoístas, hostis à união popular. São os outros, perigosos ao 'cidadão de bem', devendo ser tratados como tais.

Nos últimos anos, a cena política brasileira tem sido alcançada por sentimentos alimentados por dinâmicas semelhantes a essas. A interrupção do ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores, acompanhada por escândalos de corrupção e recessão econômica, em um cenário de protagonismo, via internet, de ideias e bandeiras, até então mantidas à sombra, facilitaram a entrada e a disseminação de discursos de ódio no debate público.

No presente artigo, consideramos a pessoa de Jair Messias Bolsonaro como uma espécie de síntese desse quadro, titular de uma retórica onde encontramos uma reserva de sentimentos, já não mais guardados, mas colocados em público, preenchidos com indignação

e agressividade e dirigidos às pessoas e grupos específicos e ao que elas representam. Examinamos dois momentos de sua trajetória: uma entrevista dada ao Programa Câmera Aberta, em 1999, ainda Deputado Federal e sua intervenção na Câmara dos Deputados quando da realização, em 14 de setembro de 2016, da Comissão Geral para debater a Cultura do Estupro. No que se segue, identificamos a circulação do ódio em nossa cena política atual, através das linguagens que escarnecem, zombam e ironizam atributos e experiências humanas. Examinamos episódios de confronto e violência nos quais a aversão ao outro está presente, salientando aproximações com o ganho de projeção da referida liderança. Igualmente buscamos auxílio em determinados autores de modo a compreendermos o que o ódio significa, como expressão humana de descontentamento e ira.

## Ódio: fenômeno social e questão antropológica

"E a razão é o serem estas terras do Brasil mais sadias e de melhor temperamento que todas as demais" (Holanda 1969:251).

Nos últimos anos, a conjugação entre mudanças no horizonte ideológico brasileiro, o fortalecimento da crise econômica e o protagonismo cotidiano das redes sociais consolidou-se como um fator explicativo inescapável no esforço de compreensão da disseminação de discursos e ações marcados pela presença desse curioso afeto, o ódio.

Episódio emblemático foi o registrado pelo jornal Folha de São Paulo, ocorrido na Universidade de Stanford em 1º de julho de 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff e sua comitiva, em viagem cujo propósito era o de reunir-se com empresários e autoridades acadêmicas, foi surpreendida por gritos, dados por um homem de boina, que registrava o momento com a câmera de seu celular. Nas imagens frases como "comunistas de merda", "petistas vagabundos", "Dilma, assasina, sua comunista de merda" são ditas por Igor Gilly, na época estudante de graduação em ciências políticas na Universidade Estadual de São Francisco, militante de direita e membro do grupo Revoltados Online.<sup>2</sup>

Registro com semelhante repercussão, contudo em âmbito familiar, ocorreu em Goiânia, em novembro de 2016, quando um pai matou o próprio filho por este apoiar as ocupações em colégios e prédios públicos, na época frequentes em diversos estados brasileiros. O jornal Estadão reportou que após efetuar disparos em Guilherme Silva Neto, de 20 anos, estudante de Matemática na Universidade Federal de Goiás, o engenheiro Alexandre José da Silva Neto, de 60 anos, se debruçou sobre o corpo do filho e disparou um tiro na têmpora.<sup>3</sup>

Já em 2018, um fato igualmente merecedor de menção ocorreu no município de Camboriú, em reunião do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, no Instituto Federal Catarinense. Durante a assembleia, o empresário do setor de transporte de cargas Emílio Dalçoquio Neto, após ser interpelado pelos professores sobre a sua presença na reunião, profere frases em tom de confronto e com conteúdo de apoio à figura do ditador chileno Augusto Pinochet. No vídeo que registra a discussão, o empresário afirma diante de uma professora: "Eu defendo Pinochet porque matou quem tinha que matar", "Sim. Matamos os índios. A história é essa. A história é pra homem e profissional, não é pra amador."

A referência aos três episódios é necessária. Amplificam as tensões da cena política nacional e igualmente identificam os conteúdos atinentes ao clima de acirramento de convicções, intensificado, seja na esfera pública, educacional ou em âmbito privado, familiar. Em nossas considerações, são importantes por uma razão mais precisa, o fortalecimento empírico da presente reflexão, preocupada com a circulação dos afetos na sociedade brasileira.

Reconhecemos o amplo espectro do tema. No tocante ao fato ocorrido em Goiânia, e este ilumine certos aspectos das configurações familiares contemporâneas, como a violência e o abandono, não há como deixarmos de perceber a sombra de uma tragédia maior, narrada nos mitos de todas as épocas, filicida e parental, reveladora, nos termos de Freud, das "primordiais ambivalências afetivas" (2010:104) atuantes nas relações entre pais e filhos.

Em seus estudos, Freud consegue revelar o quanto a esfera doméstica, como um espaço de convívio, se constitui no contato cotidiano com tensões de difícil manejo emocional. Em passagens marcantes (Freud 2014:381), encontradas no registro das conferências introdutórias à psicanálise, proferidas em 1917 e relevantes para reconhecermos certas fragilidades e impulsos constituintes de nossa condição, o referido autor toma como ilusão de grandeza a pretensão humana de certeza em relação ao que se passa na vida psicológica, no foro íntimo. Ao apresentar o conceito de inconsciente, Freud salienta o quanto somos constituídos pelos impulsos maus, aqueles sentimentos, muito embora negados, revelados através do fardo da responsabilidade, na forma de um sentimento de culpa, cujo fundamento desconhecemos.

Falamos do conteúdo essencial da vida. De uma verdade já mencionada por Nietzsche na segunda dissertação de seu livro 'Genealogia da Moral' (1998:65), quando se refere a essa força vital, humana, cujas expressões mais básicas se dão através da ofensa, da violência, da destruição e da exploração. A respeito do ódio, há na perspectiva psicanalítica mais clássica argumentos na mesma direção, favoráveis a uma atualização da sentença latina *Homo homini lúpus*<sup>5</sup>, encontrados no ensaio 'O Mal-Estar na Civilização', publicado em 1930. Nesse texto, Freud apresenta os termos céticos de sua antropologia, ao recomendar, mesmo diante da pronta negação pública, que o ser humano reconheça a sua sina, esta que o responsabiliza por um 'quinhão de agressividade' e chama a sua atenção para os 'dotes instintuais' que o constituem:

"O quê de realidade por trás disso, que as pessoas gostam de negar, é que o ser humano não é uma criatura branda, ávida de amor, que no máximo pode se defender, quando atacado, mas sim que ele deve incluir, entre seus dotes instintuais, também um forte quinhão de agressividade. Em consequência disso, para ele o próximo não constitui apenas um possível colaborador e objeto sexual, mas também uma tentação para satisfazer a tendência à agressão, para explorar seu trabalho sem recompensá-lo, para dele se utilizar sexualmente contra a sua vontade, para usurpar seu patrimônio, para humilhá-lo, para infligir-lhe dor, para torturá-lo e matá-lo" (Freud 2010:76).

As reflexões de Freud cuidam de tempos de cólera. Permanecem importantes por delinearem os contornos humanos na cultura, na ambiência societária, civilizacional. Revelam a condição humana em estado de transe, assediada por necessidades inconscientes, refém de incuráveis ambivalências, amores e ódios primitivos e apaixonados, mal refreados pelas coerções externas. Ora, os três fatos mencionados anteriormente, por colocarem em evidência elevadas temperaturas psíquicas, nos deixam inseguros pelos impactos sobre a conduta humana provocados pela política. Ilustram o desequilíbrio das proporções de razão e de paixão no manejo cotidiano das questões públicas.

Em relação ao episódio ocorrido em Goiânia, é necessário ratificarmos a brutalidade que o singulariza. Como já pontuado, o aspecto filicida do crime sinaliza problemas alimentados na própria esfera familiar, cenário de exercício do poder parental vulnerável a certo tipo de agressividade, assassina e narcísica na recusa que dirige à qualquer possibilidade de aceitação do filho como individualidade, alguém com metas e necessidades distintas das estabelecidas pelos pais. Predomínio, portanto de um desespero experimentado como solidão, ao qual Hannah Arendt se refere nas últimas páginas do livro 'Origens do Totalitarismo', nos comentários que dirige aos perigos decorrentes da sensação de abandono e de falta de vínculos com o mundo (Arendt 1989:528), materializados na cólera suicida de uma figura paterna e reafirmados como advertência no famoso ensaio dedicado ao julgamento de Eichman: "Essa distância da realidade e esse desapego podem gerar mais devastação do que todos os maus instintos juntos" (Arendt 1999:311).

Em extensa bibliografia, as preocupações de Arendt examinam o alcance do ódio por esse outro fenômeno, a ideologia, em configurações históricas que marcaram o último século. Nessa convergência, surge a possibilidade de um ódio impessoal, quando o seu objeto já não é uma pessoa por si só, mas alguém que pertence a uma classe. Exemplo de manifestação afetiva com alcance sobre a sociedade brasileira na atualidade:

"Odeia-se uma hipóstase englobadora, odeia-se um 'como' explicativo-categorial. Odeia-se a alguém como: odeias alguém como burguês, como hebreu, como cigano, como intelectual, como islamita, como americano, como húngaro. Em conclusão, o ódio tornou-se impessoal à medida que nem o que odeia é uma pessoa isolada (mas membro de um grupo, de uma organização, de um partido, de um 'movimento' etc.) nem o que é odiado é isolado, mas pertence a uma categoria (de classe, de raça, de nação, de religião)" (Liiceanu 2014:54).

Pessoal e espontaneamente cultiva-se o ódio. Sobre pessoas conhecidas, íntimas, com paixão e premeditação. A passagem por Liiceanu contudo, além de sublinhar a variação impessoal desse afeto, o considera em outra feição, aperfeicoada, culta, intelectualmente sistematizada. A possibilidade desse cultivo, da instrumentalização do ódio por justificativas morais permite que o mesmo deixe a natureza e acesse a cultura, transformando-se em mecanismo linguístico, tropo. Nesse sentido, vários foram os exemplos legados pelo século XX, época refinada e disciplinada no planejamento da distribuição dos afetos. Elaborações figurativas estratégicas dirigidas a grupos sociais específicos fizeram parte de um esforco amplo e societário dedicado à construção de narrativas parciais e dissimuladas, seja para selecionar, iludir ou estigmatizar. A 'cor da pele', a 'roupa do corpo', a 'maneira de falar', a 'orientação sexual', a 'crença religiosa' e tantas outras 'características', em muitos momentos figuraram como parte maldita, razão para a segmentação de indivíduos e grupos, diferenciados como alvos perigosos e ameacadores, merecedores de expurgos.

Exemplos de aplicação programática e intelectual do ódio. Sobre a vida precária, diria Butler (2004) em considerações mais preocupadas com o fenômeno da violência e certas dinâmicas encontradas em suas manifestações contemporâneas, precisamente as relacionadas aos expedientes que passam a definir quais seriam as vidas dignas de proteção jurídica e, portanto, passíveis de luto. Reflexão com elevada relevância antropológica em virtude da premissa epistemológica estabelecida por Butler (2015:14), esta que diz respeito aos limites que configuram politicamente a realidade humana e a revelam como um

'enquadramento', fortalecido pelos parâmetros de inclusão e exclusão acionados quando nos perguntamos sobre quais vidas devem ser reconhecidas como tais.

Esse questionamento confronta a ideia de uma condição cujo reconhecimento seria universal. Para Butler (2004:20), o argumento deve ser outro: apesar das diferenças históricas e culturais, há uma possibilidade de nos pensarmos como conjunto, desde que reconheçamos uma situação de exposição comum à violência, marco de uma vulnerabilidade física e psicológica. O vínculo de humanidade decorrente de nossa situação concerniria, então a experiência da perda, instante de difícil manejo emocional, revelador das contradições e tensões que constituem a vida em sociedade, essa realidade, a um só tempo geradora de vínculos e fonte inesgotável de medos e inseguranças.

Cuida-se, portanto de dificuldades que caracterizam a experiência social brasileira. As preocupações de Butler vão ao encontro de sociedades como a nossa, nas quais a interrupção brusca e violenta da vida se transforma em número e se repete, de modo interminável e irremediável. Nesse cenário, em relação com o medo, a violência e o ressentimento, o ódio adquire fluxo de narrativa e se desdobra em problemas de significação. Materializa-se em um *rosto*, como também salienta Butler (2004:140), marco de uma zona liminar, a das relações entre humanização, desumanização e representação. Se há um rosto ao qual se dirige o ódio, é este indigno de simbolização, vulnerável ao risco de não ter a sua humanidade reconhecida.

Ao ser colocada em circulação, sua imagem legitima expedientes violentos justificados a partir de categorias simplistas. Como já comentado, em épocas marcadas por tensões e mudanças sociais são frequentes as narrativas nas quais certas elaborações, com ênfase em traços supostamente biológicos ou comportamentais, atuam com o objetivo de eliminar as ambiguidades e misturas próprias da vida cotidiana. Ódio como visão de mundo, nos termos de Liiceanu (2014:57). Emoção transformada em ímpeto, com envergadura moral e teórica,

capaz de se justificar científica e historicamente diante de crimes, considerados normais e necessários.

Os argumentos de Liiceanu percorrem a época contemporânea. Consideram o ódio e sua transformação em princípio de governo, expressão de uma vontade de destruição com respaldo ideológico. Ao se fazer presente no âmbito político, essa paixão adquiriu traços de um 'mal radical', rancor pervertido na capacidade de tornar todos os homens igualmente supérfluos, como mostra Arendt (1989:510) ao examinar o fenômeno totalitário e a natureza absoluta do mal que lhe concerne, hermético e imune à compreensão humana. No entanto, a própria Hannah Arendt reafirma a importância de um esforço compreensivo diante de fenômenos que nos confrontam com "sua realidade avassaladora": "Para mim, o importante é compreender. Para mim, escrever é uma questão de procurar essa compreensão" (2008:33).

O ódio interpela a faculdade humana do entendimento. Seus fatos suscitam um julgamento moral, <u>isso não deveria ter acontecido</u>. Ao salientar a importância de um expediente compreensivo, Hannah Arendt aplica a orientação sociológica *weberiana*, atenta, claro à facticidade objetiva das dinâmicas políticas, no entanto igualmente preocupada com o complexo de significados subjetivo da ação social, as atitudes e convicções que dão ao ódio e a tantos outros sentimentos, legitimação e conteúdo de realidade.

O diálogo, portanto, com tais autores, por possibilitar a compreensão do ódio como um fenômeno socialmente construído, fornece bases necessárias para as reflexões a seguir, preocupadas com a circulação desse sentimento em nossa conjuntura, aqui compreendida na relação com crises e mudanças políticas, econômicas e culturais, em curso nos últimos anos. Precisamente, iremos problematizar o surgimento de uma liderança específica, a de Jair Bolsonaro, na companhia de uma análise dos elementos que o caracterizam como expressão de um conservadorismo específico, em nosso argumento marcado pela presença de diversas emoções, dentre as quais, o ódio.

## Conservadorismo, formação social e ódio à brasileira: deformações contemporâneas

"... os nossos homens de ideias eram, em geral, puros homens de palavras e livros; não saíam de si mesmos, de seus sonhos e imaginações" (Holanda 2016:285).

O processo de impedimento da então Presidente Dilma Roussef pode ser considerado um momento de culminância de tensões políticas, na época fortalecidas no debate público, seja nas ruas ou no parlamento. Ao examinar os discursos proferidos na Câmara e no Senado quando dos debates do processo de impeachment, o antropólogo Ronaldo Almeida (2018:168) chama a atenção para o léxico que se fez presente nas intervenções parlamentares. Na Câmara, termos como 'deus', 'família' e 'nação' 'operaram como elementos unificadores e transversais' apresentando 'maior densidade de sentidos' quando comparados à frequência menor de palavras mais próximas do repertório liberal moderno como 'democracia', 'Estado de Direito' e 'cidadania'. Em sua análise, Almeida problematiza a ideia de uma 'onda conservadora', síntese utilizada para compreender certos alinhamentos de forcas socialmente estabelecidas no debate público atual, convergentes na direção de uma "moralidade pública mais reguladora, uma economia menos estatizante, mais favorável ao mercado e uma política de seguranca mais punitiva." (2018:178)

Dos inúmeros momentos que marcaram a votação do processo de *impeachment* no plenário da Câmara dos Deputados, seja de forma histriônica, teatral ou agressiva, a intervenção de Jair Bolsonaro foi dos mais emblemáticos pela presença de um conteúdo evocativo em seu discurso, proferido no dia 17/04/2016:

Perderam em 64. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Foro de São Paulo! Pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff! Pelo exército de Caxias! Pelas nossas Forças Armadas! Por um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos, o meu voto é sim!<sup>6</sup>

Próximos das reflexões weberianas, e em sintonia com a análise de Ronaldo Almeida, poderíamos dizer que a sessão de votação do pedido de impedimento da presidente foi um momento revelador do modo como o fenômeno político entra em acão e funciona em uma democracia de massas. Atravessada por paradoxos éticos, uma característica importante salientada por Weber (1989:151) é justamente o fato de, muito embora estarmos falando de um fenômeno 'feito com a cabeca', a política não se esgotar em expedientes cerebrais, movidos exclusivamente por uma ética da responsabilidade, e ter, por conseguinte uma natureza verdadeiramente demoníaca capaz de colocar os seus agentes "à mercê de forcas diabólicas envoltas na violência" (1989:50). Consequências da modernidade, diria Weber em outro grande momento (1989:182), quando comenta sobre a retirada da vida pública dos valores últimos e mais sublimes em decorrência do destino de nossa época, marcado pela racionalização e desencantamento do mundo. Ora, seja no referido pronunciamento de Bolsonaro e em tantos outros discursos proferidos por colegas parlamentares, as razões predominantes orbitaram uma área íntima, com referências à deus, à família, à honra e a diversos outros pontos de vista últimos, deuses e demônios particulares, como mostra Almeida.

As palavras de Bolsonaro igualmente repercutem elementos de nosso imaginário social, esse conjunto de representações coletivas estabelecidas, transmitidas de uma geração para outra e constituintes de um substrato comum, uma matriz cultural cristã e autoritária, subjacente a maneira de ser brasileira, seja em âmbito social ou político. Diante de seu voto, é inescapável a lembrança das provocações de Gilberto Freyre dirigidas aos vínculos da tradição conservadora de nosso país com o sadismo do mando, "disfarçado em princípio de Autoridade ou defesa da Ordem", duas místicas, "a da Ordem e a da Liberdade, a da Autoridade e a da Democracia" (1961:71), entre as quais se estabeleceria, nos termos de Freyre, o delicado equilíbrio da vida política no Brasil, sempre vulnerável a um curioso aspecto salientado pelo escritor: "no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar 'povo

brasileiro' ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático" (1961:70).

O tom áspero e insolente, uma maneira de falar sem meias-palavras, tida como franca, configura a performance de Jair Bolsonaro e justifica muito do apoio que lhe é dirigido. A postura e os argumentos atualizam a leitura de Freyre e se fazem presentes em entrevista dada pelo então deputado federal pelo PPB ao programa Câmera Aberta em 1999 e na tumultuada Comissão Geral dedicada ao tema da cultura do estupro, realizada no dia 14 de setembro de 2016 na Câmara dos Deputados, em Brasília. Sobre ambos gostaríamos de ajustar um foco de análise de modo a identificarmos características definidoras de uma elaboração conservadora particular, fortalecida nos últimos anos e cuja apreensão é imprescindível para a compreensão do quadro político atual.

Na referida entrevista, ao comentar episódios ocorridos na chamada CPI dos Bancos em 1999, o então deputado afirmava:

O problema é o seguinte xará. Tapa na mesa, querer até ir pra porrada. Não é o caso. Dá porrada no Chico Lopes. Eu até sou favorável, a CPI no caso de Chico Lopes, que tivesse pau de arara lá, ele merecia isso, pau de arara. Funciona? Eu sou favorável a tortura, tu sabe disso. E o povo é favorável a isso também. Você pega o irmão de Jabes Rabelo com 15 quilos de cocaína no lombo e acha que tem que ser tratado com dignidade e nós aqui torturados né, preocupados com nossos filhos se não estão sendo aliciados pro trafico nas escolas, isso é democracia, o pessoal chama de democracia. Essa porcaria que a gente vive hoje em dia, é que esse pessoal lá de cima chama de democracia. 7

Após o jornalista lhe perguntar se sente saudade do regime militar, Bolsonaro responde:

Quem tem é o povo, não pelo regime em si. Se tinha mais dignidade naquela época. Hoje em dia você vê colega de esquerda falar: nem no regime militar acontecia isso! No regime militar se roubava 10% da embaixada da França, hoje se rouba 90%. Um presidente do Banco Central fala que não vai falar, não vai falar da conta de 1(um) milhão e seiscentos mil lá fora...

Sobre a dimensão cidadã, após o jornalista lhe perguntar:

Você acha que essa palavra cidadania tá um pouco, é, vamos chamar assim, não tão bem aceita, não tão bem entendida na sociedade?

### Sua resposta:

Que cidadania xará, o governo criou uma secretaria nacional dos direitos humanos. Eu prefiro chamar secretaria nacional dos direitos da vagabundagem! Botou lá José Gregori. Esse pessoal só vê direitos de marginais e malandros. O Gregori, agora ele parou, queria uma indenização aos familiares dos 111 mortos em Carandiru. E as centenas ou milhares de viúvas e de órfãs que esses 111 fez ao longo de sua vida de criminalidade, o que reservar pra eles? Nada! Completamente distorcido, e em nome dos direitos humanos tem uma coisa muito mais grave agora. Tony Blair acabou de dizer nas barbas de FHC, ou melhor, na cara dele, que ele não tem barba, que os direitos humanos são mais importantes do que a soberania nacional pra justificar a invasão da Iugoslávia e no futuro pra justificar a independência das nações indígenas nesse país.

No tocante à possibilidade de fechar o Congresso Nacional na eventualidade de ser Presidente da República, Bolsonaro afirma:

Não há a menor dúvida. Daria golpe no mesmo dia, no mesmo dia. Não funciona e tenho certeza que pelo menos 90% da população ia fazer festa e bater palma, que não funciona! O congresso hoje em dia não serve pra nada xará, só bota o que o presidente quer, se ele é a pessoa que decide, que manda e tripudia em cima do congresso, dê logo um golpe pô. Parte logo pra uma ditadura. Agora, não vai falar em uma ditadura militar aqui. Só desapareceram 282, a maioria marginais, assaltantes de bancos, sequestradores. Só no Carnaval de São Paulo, em 20 anos de regime militar, só no último carnaval de São Paulo morreram mais de 300.

Sobre o futuro e sobre o exercício da democracia no Brasil, afirma:

Me desculpe, através de voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada! Você só vai mudar infelizmente quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro né, e fazendo um trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil!

Começando com FHC, não deixar ele ir pra fora não! Matando! Se vai morrer alguns inocentes tudo bem, em tudo quanto é guerra morre inocente! [...] Faliu aqui no Brasil! Faliu! A democracia é excelente, mas com democratas honestos!

Em 2016, na Câmara dos Deputados, em tumultuado evento coordenado pela Deputada Maria do Rosário e dedicado ao tema da 'Cultura do Estupro', após ser citado como réu de processo de apologia ao estupro, em tom bastante irritado, Jair Bolsonaro sobe a tribuna e presta o pronunciamento, que se encontra em Anexo 1 a este artigo.

Reconhecemos o intervalo de dezessete anos entre os dois registros, contudo ao aproximá-los buscamos situar os respectivos conteúdos na conjuntura atual, de modo a identificarmos em que medida as duas elaborações dão consistência e materialidade discursiva a um afeto político específico, posto em circulação pela referida autoridade parlamentar e justificado em termos morais.

Falamos de um ódio à brasileira, de um núcleo afetivo formado a partir de classificações e ambiguidades, típicas de nossa experiência social. Ora, diante do exposto na entrevista ao programa Câmera Aberta, é possível salientar a obscuridade dos sentidos atuantes na maneira como Bolsonaro se relaciona com a condição de legislador. Sendo político, ele rejeita a política. Em muitas de suas falas, e nesse tocante a sessão de votação do impedimento da presidente Dilma Rousseff foi marcante, a política não é algo simplesmente ambíguo. Por ser impura e desonesta, deve-se odiá-la. Como materialização do mal, o expediente recomendado é o do seu expurgo, aplicado sobre a dimensão atinente aos direitos, transformada retoricamente em substantivo, 'os direitos da vagabundagem', obstáculos diante de uma unanimidade nacional: esta que identifica o mal com a violência do crime, através de estratégias discursivas já apontadas pela teoria sociológica, "o expurgo do outro", precisamente nas reflexões de Thompson (1990:87) a respeito da construção de um inimigo comum, seja interno ou externo, relatado como mau, perigoso e ameacador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo.

As justificativas do uso truculento da violência por meio de razões com forte teor emocional, ao facilitarem o acesso à certo imaginário cultural brasileiro, marcado pela presença de preconceitos e pela repetição de estereótipos, compõem uma ética de fundo emotivo, típica e semelhante à apontada por Holanda (2016:254) na análise da cordialidade brasileira, gentil e hospitaleira, contudo hostil ao que há de coercitivo na civilidade.

A aplicação das reflexões de Holanda é oportuna. O referido autor sublinha aspectos importantes para a compreensão do modo como o então deputado lida com os temas em discussão na mencionada entrevista. O repúdio, por parte de Bolsonaro ao que há de mais comedido ou elaborado intelectualmente na ética republicana salienta, ao nosso ver, desarmonias e distâncias já apontadas pelo autor nos últimos capítulos de Raízes nos comentários que dirige à falta de um conteúdo civil e popular na cultura bacharelesca do Brasil e nas movimentações políticas reformadoras quando da instauração da República, as quais "partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. [...] [A] grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade" (Holanda 2016:281).

Ao apresentar os termos de suas soluções para o problema da violência, Bolsonaro não fala como um homem público legislador, antes, põe em circulação e dá conotação política à desconfiança e às reações populares de aversão aos partidos políticos, buscando de modo hostil ao estabelecido, redefinir o funcionamento da esfera pública. Ora, a mesma mensuração da realidade social em termos íntimos e psicológicos, problematizada por Holanda em relação às ambiguidades da cordialidade se faz presente nessa retórica cujos apelos não consistem em persuadir, detalhar ou provar, metas substituídas por linguagens mais próximas das situações cotidianas, suscetíveis à essa outra elaboração, dedicada a emocionar, agitar e fazer sentir.

Em termos de *performance* a referida liderança atualiza o debate de Sennett (1998:347) a respeito do processo de declínio do homem

público, identificado na segunda metade do século XX. Diante da realidade aborrecida da política, com seus comitês, controvérsias e burocratas há uma outra possibilidade de narrativa, essa que revela o 'tipo de pessoa' que faz as coisas acontecerem, salientando os contornos de seu senso de honra e de suas boas intenções. Em uma época de ressentimentos incontidos, não é tanto a ação o elemento central da legitimidade do líder, mas o impulso pessoal, suas motivações, seus sentimentos, sua 'integridade', elementos relevantes às custas da preocupação a respeito do que ele, de fato faz com seu poder.

Esse 'clima' lança influências sobre o debate a respeito da violência sexual contra as mulheres no Brasil. Como passamos por autores como Freyre e Holanda, é inescapável a menção à certas elaborações encontradas em nosso imaginário cultural e atinentes ao crime de estupro. Ambiguidades, inclusive lembradas na famosa e estúpida refutação de Jair Bolsonaro à interpelação da Deputada Maria do Rosário no Salão Verde da Câmara em 2003, quando afirmou, antes de chamá-la de 'vagabunda': "jamais ia estuprar você porque você não merece". Justificativa repetida em discurso proferido na tribuna da Câmara em 2014 e reafirmada em entrevista ao jornal Zero Hora no mesmo ano.8

Juntos ao discurso proferido na Câmara dos Deputados na sessão plenária dedicada ao tema da Cultura do Estupro, destacado anteriormente, criam um quadro cujos traços mais fortes formam uma imagem do escárnio, como elemento que deve ser admitido na esfera pública. As diversas tiradas que compõem o estilo retórico de suas intervenções justificam um retorno aos estudos de Georges Minois (2003), principalmente as considerações em torno das relações da política com a zombaria e o riso no século XX. Falamos de alguém cujas palavras, como ele mesmo afirma, 'politicamente incorretas', fazem rir. Por serem irônicas? Talvez, como o próprio Bolsonaro responde ao ser interpelado se o estupro é um assunto passível de ironia: "Lógico que é passível de ironia."

Contudo, a impressão que temos é a de estarmos lidando com alguém sem muita preocupação com o domínio dos cálculos necessários

ao uso da ironia. Sem cerimônias, o seu desempenho introduz o escárnio na ambiência parlamentar, pois tem como titular uma pessoa autêntica, que fala ao público com o coração. Os recursos discursivos de que se utiliza compõem um padrão hostil às elaborações mais complexas, por estarem mais próximos de um conteúdo cômico, "indiscreto, cordial e plebeu", alheio à "perfídia da ironia" (Minois 2003:570). A agressividade, como desmoralização, com a qual se dirige a determinados temas, traço de honestidade e franqueza para amplas parcelas de seu eleitorado revelam "aparências" e "maneiras" distantes das transmitidas por quem se utiliza de subentendidos (Goffman 1995:31), típicas do "homem sério", daquele que é "frágil e vulnerável", uma vez que "enfrenta o destino de peito aberto, num combate em que se engaja totalmente, expondo-se aos golpes da sorte, pronto para morrer por seus ideais." (Minois 2003:570)

O referido autor reconhece, contudo, a generalização democrática, no final do século XX, do expediente irônico e a sua necessidade no mundo, tanto para as classes mais abastadas como para a populacão em geral, dada a inescapável impotência humana diante do absurdo da vida. A nossa época, por ser o tempo da hilaridade presente em todos os lugares, correria igualmente o risco de ser o século de sua morte, pelo menos da morte de um certo tipo de riso (Minois 2003:569), mordaz. A explicação do então parlamentar, ao justificar suas palavras como simplesmente irônicas, não é dada em uma época em que uma "elite cética vê com menosprezo o mundo dar voltas enquanto o povo continua a girar a máquina" (Minois 2003:570), pelo contrário, a impressão que temos, e reconhecemos ser bastante incerta, é a de estarmos em uma quadra na qual desalento e ironia se misturam como reacões de diversos segmentos da sociedade brasileira, próximos da perda de confianca na política, no Estado e na dignidade da vida humana.

Política do espetáculo e escárnio como expediente, em síntese são os pontos salientados por Minois em considerações necessárias a essa reflexão, precisamente por estarmos tratando de um personagem ar-

guto na arte da zombaria. Em diversos momentos, lembra seus interlocutores de que pertenceu ao 'baixíssimo clero' da Câmara, no entanto faz questão de lembrar a menção de um ministro do Supremo sobre a sua recusa de repasses ilícitos, quando do julgamento da Ação Penal 470. A linguagem das 'mitadas' não lhe consagra como 'palhaço sério' que 'proclama sua integridade em meio a processos, investimentos fictícios ou desvios de fundos', antes prefere reconhecer a inescapável necessidade de identificar-se com a seguinte questão: "como zombar com eficácia dos políticos que apresentam a si mesmos como palhaços?". Pergunta que encaminhou diversas cenas em que se mistura ao povo para apertar as mãos, 'palhaço cômico', e provar de pratos típicos, como destaca o autor:

"Graças à comunicação midiática, os próprios políticos asseguram sua promoção pelo riso. Diante de uma sociedade humorística, eles cultivam a imagem de humoristas. [...] Vê-se, imediatamente, entrar em cena um tipo de riso próprio das sociedades democráticas: o comparecimento de convidados políticos diante desse tribunal do riso não tem nada de inocente, visto que a agilidade do político em sair desse papel, a rapidez em adaptar-se com benevolência à ginástica e ao duelo do riso, sua sinceridade risível na anulação da distância, para parecer uma pessoa como as outras, resultam num acréscimo de legitimidade política, num bônus de simpatia" (Minois 2003:598).

Caricaturas e linguagens escarnecedoras são admitidas no debate público, como uma espécie de zombaria com inclinações a substituir a argumentação. É o que se verifica nas intervenções destacadas, seja na glorificação feita pelo parlamentar da figura de um torturador, no aspecto histriônico de sua indignação ao reagir diante do crime de estupro ou em sua falta de cerimônias ao execrar direitos e garantias constitucionais e tomá-los como obstáculos à legitimação da tortura.

Fenômeno com histórico na sociedade brasileira, como mostram Sodré & Paiva (2002:12) em confronto com a presença de um adjetivo, útil para descrevermos certas cenas na atualidade: *grotesco*. Os

autores rememoram, por exemplo, episódios como o ocorrido em abril de 2000, no auge da crise pela violação do painel eletrônico de votação do Senado, quando o artista plástico Siron Franco levou para o Congresso uma escultura de dois metros e meio coberta de fezes. feitas de serragem. Com o nome de 'O que vi pela TV', a obra ficou exposta por algumas horas aos olhares de parlamentares e estudantes. Uma adolescente de 13 anos teria dito, interpretando o trabalho e apontando para o Congresso: "Representa o que tem lá dentro". Mais recentemente, em julho de 2017, senadoras ocuparam a mesa da presidência do Senado para a impedir a votação da reforma trabalhista. Na ocasião, marmitas foram trazidas e degustadas. Das diversas fotos do protesto, uma destaca a Senadora Fátima Bezerra do Partido dos Trabalhadores, na cadeira do Presidente, abocanhando um pedaco de bife! Já em 2018, durante campanha para o governo do Rio, o candidato Wilson Witzel foi fotografado em ato público ao lado de Rodrigo Amorim e Daniel Silveira. Enquanto discursava, Daniel, deputado federal eleito pelo PSL, exibia uma placa quebrada por ele próprio que homenageava o nome de Marielle Franco.

Épocas distintas, cenários diferentes, estética semelhante, a do rebaixamento, elaborada de modo a conciliar, de maneira abjeta, domínios que não se comunicam, com o auxílio de alusões a mudanças de significados, tornando possível vermos a política como dejeto, ou profanarmos a sacralidade do poder com a animalidade de uma comilança, a seriedade do luto com o ridículo da pilhéria, ou até sugerirmos, como fez Jair Bolsonaro em vários momentos de sua carreira, a vingança privada como substituta da lei, a violência sexual como merecimento. Predomínio de um clima de "harmonia perdida e malograda", nos termos de Umberto Eco (2015:135), relevantes na companhia das palavras de Sodré e Paiva, necessárias para a compreensão das atuais deformações de nossa experiência social:

"O comum nesses casos é a figura do rebaixamento (chamada de <u>bathos</u>, na retórica clássica), operado por uma combinação insólita

e exasperada de elementos heterogêneos, com referência frequente a deslocamentos escandalosos de sentidos, situações absurdas, animalidade, partes baixas do corpo, fezes e dejetos – por isso, tida como fenômeno de desarmonia do gosto ou *disgusto*, como preferem estetas italianos – que atravessa as épocas e as diversas conformações culturais, suscitando um mesmo padrão de reações: riso, horror, espanto, repulsa" (Sodré & Paiva 2002:17).

É de um ódio à brasileira que tratamos. Fenômeno com lastro cultural, alimentado por ambiguidades que brincam com a violação da dignidade humana e detentor de forca moral na atualidade. As palavras de Bolsonaro já não cuidam apenas de impulsos retóricos proferidos por um deputado do baixíssimo clero. Elas acumularam relevância por estarem, agora, investidas de autoridade. Constituem a inspiração contemporânea de um modo de fazer política, erguido pelo voto popular ao Poder Executivo na mesma época de aniversário dos trinta anos da Constituição Cidadã, documento onde se encontra o mais eloquente registro de uma preocupação nacional com a garantia da cidadania. Nele, encontramos uma ideia de país, imaginada nos livros de Gilberto Frevre e Sérgio Buarque de Holanda como capaz de aproximar com harmonia modos de vida distintos em nome de algo maior, a consolidação do ideal democrático. A sensação de muitos, contudo, e compartilhada ao término dessa análise, é a de termos sonhado, com imagens que não se tornaram reais.

## Considerações Finais

Escárnio, medo, esperança e abandono são alguns dos sentimentos e reações alimentados pela conjuntura nacional nos últimos anos. Das jornadas de junho até as eleições de 2018, amplas parcelas da sociedade brasileira foram às ruas, contudo sem clareza e orientação a respeito das pautas que pudessem realmente representar e transformar o país. Como resultado, uma configuração política, não só fragmentada ideologicamente, mas profundamente afetada, insolente e rancorosa tornou-se a principal plataforma pública de comunicação

das demandas sociais. Os fatos mencionados no início desse artigo reverberaram, seja em casa, no trabalho ou nas ruas e universidades, ânimos cada vez mais acirrados.

De um fenômeno encontrado apenas na retórica de lideranças públicas sem influência, ou mantido sob controle no convívio familiar, o ódio saiu do armário e ganhou as ruas, estridente e encorajado, com arma branca na mão, enfiada no 'bucho' do candidato à presidente. Curiosamente, e aqui mencionamos uma lacuna na reflexão sociológica e antropológica mais recentes, é como se ainda não o tivéssemos considerado um problema, entre nós, que precisa ter a sua presença reconhecida e compreendida. Há um conteúdo qualitativamente distinto em determinadas reações ou cenas do cotidiano brasileiro que o diferenciam da indignação consciente e bem informada, sendo possível falarmos de um sentimento de aversão, de repugnância, de ira e de repulsa, que está presente, despachado, ressentido e escatológico, na cena política nacional.

Sobre as questões mencionadas por DaMatta (1990:159), nos anos 70 e atinentes às variações do 'você sabe com quem está falando?', expressões populares de restabelecimento da ordem e da hierarquia, recaem um novo conteúdo, um código mais agressivo e xenófobo, o 'de onde você é, irmão?', dirigido a imigrantes, como mostrou o fato ocorrido em posto de gasolina no ano de 2015, quando um frentista haitiano foi interpelado por um homem fardado, que menciona o desemprego no país e ironiza: "Você é um cara de sorte, irmão. Aqui tem um dos milhares de haitianos trazidos pelo governo comunista da Dilma Rousseff enquanto milhares, só no mês passado, de brasileiros, perderam o emprego no Brasil."

As cenas mencionadas atualizam as análises com as quais dialogamos. Antagonismos de classe intensificados, ressentimentos que despolitizam, alimentados pela perda de confiança no sistema de governo em razão de escândalos envolvendo malversação de dinheiro público, a definição despudorada e preconceituosa de inimigos, com a circulação nas redes sociais de imagens que degradam, humilham

e estigmatizam grupos específicos, são as expressões contemporâneas daquele "fundo emotivo extremamente rico e transbordante", mencionado por Holanda (2016:254). Se em sua época a cordialidade era a forma de comportamento típica do brasileiro, reação nossa à linguagem fria da despersonalização, hoje testemunhamos um quadro social mais complexo, com reações ao ônus trazido pela convivência em uma sociedade moderna e democrática, muitas vezes marcadas pelo disparate, pelo cinismo e, em nossa reflexão, pelo ódio.

Como falava Holanda, são novos tempos. Para as ciências sociais, sombrios dadas a força dos traços de obscurantismo presentes em sua configuração. Em vários momentos desse artigo, recorremos à autores considerados clássicos, buscando justamente fazer frente à certo estado de espírito refratário à razão e ao bom senso, disseminado nas ideias de homens públicos investidos de autoridade e com influência. Essa leitura não ocorreu de modo a repetir diagnósticos e avaliações, nem muito menos dar às ciências sociais a natureza de um tronco à espera de um machado. Nossa preocupação é outra: vitalizar as interpretações, tornando possível a explicação e o enfrentamento público de plataformas que advogam o desgaste das mediações democráticas.

A análise que fizemos ao longo do texto cuidou de palavras que abrigam uma indignação transmitida à uma sociedade que sofre de modo brutalmente desigual os efeitos de um quadro de vulnerabilidade à violência em suas diferentes formas. Os impasses, as agressões e os lugares comuns registrados expõem com muita clareza o clima de polarização ideológica, alimentado nos últimos anos e um dos principais entraves diante de uma abordagem do problema da segurança pública que respeite as regras do Estado de Direito. Época difícil, que alimenta rancores e põe o ódio em circulação, sentimento para o qual as ciências sociais precisarão dirigir atenção nos próximos anos.

#### Notas:

- <sup>1</sup> Com a colaboração de Josefa Maria Conceição Paulo Malaquias, bolsista PIBIC no projeto 'Os direitos humanos na retórica reacionária: um exame da performance de Jair Messias Bolsonaro' durante o período de 2018/2019, e Leonídia Aparecida Pereira Silva, bolsista PIBIC no projeto 'Carisma, política e moral: uma análise sobre a construção da imagem de líder do Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro', durante o período 2016-2017.
- <sup>2</sup> Cf. Discurso de ódio se propaga em meio a mudanças no país. A Folha de São Paulo. Reportagem de 07/08/2015.
- <sup>3</sup> Cf. Pai mata filho por discordar de apoio do jovem a invasões escolares. O Estado de São Paulo. Reportagem de 16/11/2016
- <sup>4</sup> Cf. Apoiadores de Bolsonaro invadem assembleia sindical de servidores federais em Camboriú. Reportagem do Canal de Jornalismo NSC, de 25/10/2018.
- <sup>5</sup> Sentença que tem o dramaturgo romano Tito Mácio Plauto como autor, posteriormente popularizada em diversas áreas e traduzida como 'o homem é o lobo do homem'.
- <sup>6</sup> Disponível no site de compartilhamento de vídeos youtube.
- Disponível no site de compartilhamento de vídeos youtube.
- <sup>8</sup> Cf. "Bolsonaro diz que não teme processos e faz nova ofensa: não merece ser estuprada porque é muito feia." Jornal Gazeta Gaúcha de 10/12/2014. Versão on line.
- <sup>9</sup> Disponível no site de compartilhamento de vídeos *youtube*.

#### Referências:

- ALMEIDA, Ronaldo. 2018. "Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma". In ALMEIDA, R. & TONIOL, R. (eds.): Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais, pp. 163-195. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- ARENDT, Hannah. 1989. Origens do Totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 1999. Eichman em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 2008. Compreender: formação, exílio e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras.
- BUTLER, Judith. 2004. Precarious life: the powers of mourning and violence. London: Verso.
- \_\_\_\_\_. 2015. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- DAMATTA, Roberto. 1990. Carnavais, malandros e heróis. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- ECO, Umberto. 2015. História da feiura. Rio de Janeiro: Record.
- FREUD, Sigmund. 2010. O mal·estar na civilização. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 2014. Conferências introdutórias à psicanálise. São Paulo: Companhia das Letras.
- FREYRE, Gilberto. 1961. Casa Grande & Senzala. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GOFFMAN, Erving. 1995. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, RJ. Vozes.
- HOLANDA, Sérgio B. 2016. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 1969. Visão do Paraíso. São Paulo: Companhia Editora Nacional
- LIICEANU, Gabriel. 2014. Do ódio. Campinas, SP: Vide Editorial.
- MINOIS, Georges. 2003. História do riso e do escárnio. São Paulo: Editora UNESP.
- NIETZSCHE, Friedrich. 1998. Genealogia da moral. São Paulo: Companhia das Letras.
- SENNETT, Richard. 1998. O declínio do homem público: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.
- SODRÉ, Muniz & PAIVA, Raquel. 2002. O império do grotesco. Rio de Janeiro: MAUAD.
- THOMPSON, John B. 1995. Ideologia e cultura moderna. Petrópolis, RJ: Vozes.
- WEBER, Max. 1982. Ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

**Abstract:** In this article, we consider hatred an important phenomenon for understanding the national political framework. We adjusted the focus of analysis on episodes involving the current climate of political polarization and its reflections in different spheres of conviviality, as well as on the trajectory of the President of the Republic, then deputy, Jair Messias Bolsonaro. At the theoretical level, we discuss the aforementioned affection in confrontation with authors that enable us to understand it's social circulation and links with the process of formation of Brazilian society.

Keywords: Hatred, Politics, Feeling, Society, Anthropology of emotions.

#### Anexo 1:

Trecho do pronunciamento de Jair Messias Bolsonaro, transcrito da página da Câmara dos Deputados no Youtube, vídeo on line: www.youtube.com/watch?v=Na-eA7ou1w à partir de 2:41:37 até 2:47:04:

"Primeiramente, a acusação de apologia ao estupro. O fato ocorreu em 2003. Maria do Rosário, no Salão Verde foi pra lá pra defender o estuprador Champinha, à época menor de idade, e eu fui lá dizer que ele sabia o que estava fazendo e que, para o futuro, deveríamos aprovar a redução da maioridade penal. Ela perdeu o debate e me chamou de estuprador. E o resto, vocês sabem o que veio a acontecer. Agora, em final de 2014, revivi esse fato da tribuna da Câmara. O que a Sra. Ela Wiecko fez? Acolheu uma armação da Sra. Ideli Salvatti, à época Secretária de Direitos Humanos, aproveitou a amizade de Maria do Rosário, bem como aproveitou-se que o Dr. Rodrigo Janot não estava no Brasil. Foi ao Supremo Tribunal Federal e entrou com a queixa-crime contra a minha pessoa. Depois, mais tarde, foram inclusive lá fazer pressão junto ao Fux para que o processo fosse instaurado e eu fosse declarado réu pra dar uma resposta ao estupro coletivo no Rio de Janeiro. Ou seja, eu estava defendendo a vítima do estupro, a Maria do Rosário não, estava defendendo o estuprador. O réu passou a ser eu. Essa mesma Ela Wiecko, Subprocuradora da República, que há poucas semanas foi flagrada em Portugal fazendo manifestação político-partidária contra o interino Michel Temer. Foi defenestrada da Subprocuradoria. mas esse é o tipo de gente que lá me denunciou. Vamos agora aos fatos aqui. Esta sessão está sendo um desservico! À mulher vítima de violência. Comeca aqui com o representante do Ministério Público aqui do DF onde ele diz que não se garantem direitos humanos violando-se direitos humanos. Ou seja, ele é contra, como ele falou aqui, à castração química, para defender os direitos humanos do estuprador! Agora, a estuprada, que se exploda! Mais avante aqui, a Sra. Deborah Duprat, ela agora em nota técnica para a Câmara, se posicionou contra a Escola Sem Partido. E diz lá no seu arrazoado que ela defende que se opine em sala de aula nas questões de ideologia de gênero! Ou seja, criancinhas de 6 anos de idade passam agora a ser massificados, de acordo com a vontade dela, de que o menino não nasceu menino e a menina não nasceu menina. E ao estimular o sexo. homo ou hétero, precocemente, a Sra. Duprat está escancarando as portas para a pedofilia. Continuo aqui, mais uma senhora aqui que falou também né, ela é assistente da Secretária da Crianca no DF aqui. Ela diz aqui que o estupro é cultura! E obviamente ela não falou, mas se conclui, que pedofilia é patologia. Por isso, do tempo da Sra. Maria do Rosário, quando ela tava lá na Secretaria de Direitos Humanos, através do site Humaniza Redes, é bem claro o site da Sra. Maria do Rosário, que pedofilia é um tabu, é um mito. Ou seja, se vocês aqui encontrar um marmanjo introduzindo o pênis no ânus de um menino de 3 anos ou introduzindo o pênis na vagina de uma menina de 1 ano, ele tem que ser levado a um hospital e, caso venha a ser constatado através de um laudo psiguiátrico que ele sofre de transtorno, ele não tem que ser punido, tem que ser tratado. Essas pessoas que falam contra a pedofilia agui. Continuando, a senhora, uma senhora agui, a Ana Cláudia, representante do Coletivo Lésbico Coturno de Vênus - 'que lindo!' - Coletivo Lésbico Coturno de Vênus, ela disse que, desmilitarizando a Polícia Militar nós estaremos ajudando a defender a mulher vitimada de violência. E pra completar Sra. Maria do Rosário, quando se fala em estupro, quero relembrar o caso do teu cunhado! Em 2003! A sra. podia, a sra. não é responsável por ele, nem pelo que seu irmão, sua irmã, seu pai, sua mãe ou seu filho maior de idade faz, tudo é responsável, mas pra dar exemplo, a sra. programou um flagrante em Porto Alegre para combater a pedofilia porque na época Vossa Excelência era integrante da CPI da Pedofilia. Ao se dar o flagrante, quem sai do carro? Um barbado e uma menina... (interrupção do áudio) de 13 anos de idade. Isso é estupro de vulnerável. Quem era o outro barbado, Deputada Maria do Rosário? O teu cunhado! Então, vamos dar exemplo. Não vamos aqui apenas acusar aquele coronel do Rio de Janeiro, que infelizmente não tem pena de morte no Brasil senão eu puxava o cadafalso para ele ser enforcado. E fale o teu cunhado. Fale dele. Comece a mostrar que a senhora realmente quer combater a violência contra mulheres e quer combater a pedofilia mostrando o exemplo de casa e não buscando aqui outros exemplos. Afinal de contas, não tem, como disse aqui a Bia Kicis, a Carla Zambeli, não tem, no Brasil, a cultura do estupro, tem, é a cultura da impunidade. E a senhora explique, por que votou contra a PEC da redução da maioridade penal para menores que são praticantes de estupro. A senhora defende o menor estuprador - essa é a sua vida pregressa. E foi uma vergonha, exceto as três..." (interrupção do áudio. Encerramento da fala.)

> Recebido em Abril de 2019. Aprovado em Janeiro de 2020.